

TERMO DE REFERÊNCIA

ÓRGÃO GERENCIADOR

Órgão: Secretaria Municipal da Fazenda

CNPJ: 76.175.884/0001-87

Endereço: Avenida Visconde de Taunay, 950- Ronda - CEP: 84.051-000. Ponta Grossa- PR

Fone: (42) 3220-1000 - ramal 1121.

Endereço eletrônico: sefaz.pg@pontagrossa.pr.gov.pr

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6ª, XXIII 'a' 'i' Lei 14.133/2021).

1.1 Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de apuração, revisão e identificação de créditos tributários relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), com remuneração vinculada ao êxito, incidentes sobre os pagamentos realizados pelo Município de Ponta Grossa, abrangendo a administração direta e indireta, referentes aos últimos 60 (sessenta) meses, observados os prazos prescricionais aplicáveis e limitada a recuperação aos créditos não prescritos. Os serviços incluem a elaboração de relatórios, demonstrativos e minutas técnicas destinadas a subsidiar a atuação administrativa do Município, não se caracterizando como prestação de serviços advocatícios ou representação judicial. A execução deverá contar com o uso de plataforma tecnológica própria da contratada, utilizada exclusivamente como ferramenta de apoio à execução dos serviços, não se caracterizando como objeto da contratação.

1.2 Especificações

1.2.1 O serviço compreende:

- Análise de documentos fiscais e financeiros;
- Cruzamento de dados tributários;
- Identificação de inconsistências;
- Apuração de créditos de IRRF;
- Elaboração de relatórios técnicos;
- Geração de subsídios para atuação administrativa do Município, inclusive da Procuradoria

Geral do Município.

1.2.2 A remuneração pelos serviços prestados será exclusivamente na forma de parcela de sucesso, sendo devida somente após a efetiva recuperação de créditos, caracterizada pela homologação dos valores pela Receita Federal do Brasil e pelo efetivo ingresso financeiro nos cofres do Município, limitada ao percentual e ao valor máximo estabelecidos no contrato, não sendo devido qualquer pagamento em caso de inexistência de recuperação financeira.

1.2.3 A contratada será responsável pela apuração, revisão e identificação de créditos tributários, bem como pela elaboração de relatórios técnicos e documentos de apoio para subsidiar a atuação da Procuradoria Geral do Município, não podendo representar o Município nem realizar atividades jurídicas.

O acompanhamento de procedimentos junto à Receita Federal será de responsabilidade da Administração, por meio da Procuradoria Geral do Município, cabendo à contratada prestar apoio



técnico quando necessário.

2. VIGÊNCIA

2.1 A vigência do contrato será de até 60 (sessenta) meses, contados da sua assinatura, considerando a necessidade de acompanhamento dos procedimentos junto à Receita Federal do Brasil até a efetiva recuperação dos créditos.

2.2 O contrato poderá ser prorrogado, por interesse das partes e mediante justificativa, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, respeitando o limite máximo legal aplicável.

2.3 O prazo para execução dos serviços técnicos será de até 12 (doze) meses, podendo ser ajustado conforme a necessidade da Administração.

3. PESQUISA SISTEMATIZADA DE PREÇOS

3.1 Considerando a natureza da contratação, com remuneração vinculada ao sucesso, não há custo inicial para a Administração. A análise de mercado foi realizada a partir da avaliação de práticas adotadas para serviços de apoio técnico na identificação e recuperação de créditos, nos quais a remuneração se dá mediante percentual incidente sobre os valores efetivamente recuperados. Após análise, e considerando que a remuneração está vinculada ao sucesso, a Administração estabeleceu percentual máximo como limite remuneratório, visando garantir a vantajosidade, a competitividade e o controle do dispêndio público, evitando propostas excessivas e assegurando observância aos princípios da economicidade e eficiência.

3.2 Diante disso, a Administração fixou o percentual máximo de até **20% (vinte por cento)** sobre os valores efetivamente recuperados, considerado adequado à natureza da contratação e compatível com as práticas de mercado.

3.3 Considerando a incerteza quanto ao montante total passível de recuperação, não sendo possível definir com precisão o valor a ser recuperado, a Administração estabelece o limite (teto) máximo de remuneração contratual no valor de **R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais)**, independente do montante total recuperado.

3.4 O estabelecimento do teto não limita a atuação da contratada nem a recuperação integral dos créditos, incidindo apenas como limite máximo de pagamento pelos serviços prestados.

3.5 O pagamento somente será devido após o reconhecimento dos créditos e o efetivo ingresso dos valores nos cofres públicos, sendo vedado qualquer desembolso antecipado.

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação não gera despesa antecipada, sendo a remuneração da contratada condicionada exclusivamente à efetiva recuperação de créditos.

4.2 Em razão da natureza do objeto, embora exista estimativa preliminar do potencial de recuperação de créditos, permanece a incerteza quanto ao montante efetivamente recuperável, considerando a necessidade de análise técnica, validação e eventual reconhecimento pelos órgãos competentes.

4.3 A remuneração será calculada com base no percentual ofertado, limitado ao máximo de **20% (vinte por cento)**, incidente sobre os valores efetivamente recuperados.



4.4 Para fins de controle orçamentário e enquadramento do processo, a Administração fixa o valor máximo da contratação em **R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais)**, correspondente ao limite máximo de remuneração da contratada, independente do montante total recuperado.

4.5 O pagamento somente será devido após o reconhecimento dos créditos e o efetivo ingresso dos respectivos valores nos cofres públicos.

4.6 A estimativa preliminar do potencial de recuperação de créditos foi elaborada pelo Departamento de Contabilidade do Município, com base em dados consolidados de pagamentos realizados e respectivos valores de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), abrangendo a Administração Direta e a Fundação Municipal de Saúde, este último integrante da administração indireta, **totalizando o valor aproximado de R\$24.327.606,95 (vinte e quatro milhões, trezentos e vinte e sete mil, seiscentos e seis reais e noventa e cinco centavos).**

Ressalta-se que os valores apresentados possuem caráter meramente estimativo, decorrentes de levantamento preliminar de dados, não configurando análise técnica conclusiva, sendo passíveis de revisão, validação e eventual retificação no âmbito da execução contratual.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6ª, XXIII 'b' Lei 14.133/2021).

5.1 A fundamentação da contratação encontra-se no Estudo Técnico Preliminar, o qual identificou a necessidade de realização de levantamento e análise das retenções de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), com vistas à identificação de créditos passíveis de recuperação.

5.2 A execução dos serviços demanda tratamento estruturado de dados fiscais, aplicação de critérios técnicos definidos e análise sistematizada das informações, com base em metodologia organizada e padronizada, considerando o volume significativo de informações e a necessidade de consolidação dos dados provenientes de diferentes fontes, exigindo organização, padronização e tratamento adequado para correta identificação dos créditos.

Embora o Município disponha de corpo técnico próprio, as atividades objeto desta contratação não integram o fluxo rotineiro de trabalho, tratando-se de demanda específica, delimitada e com necessidade de dedicação direcionada.

Adicionalmente, a execução direta dessas atividades poderia comprometer o desempenho das atividades regulares da Administração, especialmente nas áreas contábil e fiscal.

O Município não dispõe de pessoal técnico disponível para a execução da demanda específica de revisão retroativa dos últimos 60 (sessenta) meses, sem prejuízo das atividades regulares da Administração.

5.3 A presente contratação encontra respaldo no entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal quanto à titularidade das receitas de Imposto de Renda Retido na Fonte pelos entes municipais, o que reforça a necessidade de apuração adequada e eventual recuperação de valores não identificados anteriormente.

5.4 A solução proposta mostra-se adequada para atendimento da demanda identificada, não implicando substituição de mão de obra da Administração, mas sim apoio técnico para execução de atividade específica, delimitada e de caráter não contínuo, com resultados mensuráveis.



6. SOLUÇÃO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei 14.133/2021)

6.1 A solução consiste na prestação de serviços de apoio técnico especializados envolvendo:

Os serviços compreenderão etapa inicial de levantamento e diagnóstico técnico das retenções de IRRF, com identificação de inconsistências e oportunidades de recuperação de créditos.

- levantamento e organização de dados;
- análise e cruzamento de informações fiscais;
- apuração de possíveis créditos tributários;
- elaboração de relatórios técnicos analíticos e consolidados;
- elaboração de minutas técnicas e memoriais de cálculo destinados a subsidiar a atuação

administrativa do setor contábil e, quando necessário, a atuação judicial pela Procuradoria Geral do Município, observados os prazos prescricionais aplicáveis.

7. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS (art. 6º, XXIII, alínea 'c' da Lei nº 14.133/21).

A presente matriz de alocação de riscos tem por finalidade identificar, avaliar e distribuir os riscos inerentes à execução contratual, estabelecendo responsabilidades entre as partes, bem como medidas de prevenção e contingência, visando à adequada execução contratual.

A matriz de riscos consta no ANEXO I deste Termo de Referência, integrando-o para todos os fins.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21).

8.1 Plataforma tecnológica (uso como ferramenta)

A contratada deverá utilizar ferramentas tecnológicas adequadas à execução dos serviços, garantindo capacidade de processamento, segurança da informação, rastreabilidade dos dados e disponibilização dos resultados à Administração para consulta e validação, a qual deverá ser capaz de:

- Processar e analisar grandes volumes de dados e documentos fiscais;
- Garantir a integridade, rastreabilidade e consistência das informações utilizadas na apuração dos créditos tributários;
- Assegurar a confidencialidade e a segurança das informações tratadas durante a execução contratual;
- Disponibilizar à Administração os resultados, relatórios, demonstrativos e informações produzidos durante a execução dos serviços, por meio físico ou eletrônico, permitindo o acompanhamento, a conferência e a validação dos dados e dos créditos tributários identificados.

8.2 Capacidades técnicas mínimas para execução dos serviços:

A contratada deverá demonstrar capacidade técnica e operacional para:

- Realizar a análise, o processamento e o cruzamento de dados fiscais provenientes de diferentes bases e fontes de informação;
- Identificar os regimes tributários aplicáveis;
- Realizar a exclusão de contribuintes enquadrados no Simples Nacional, quando cabível;



- Realizar a apuração individualizada dos valores de IRRF por operação;
- Realizar aplicação dos critérios legais de atualização dos valores, inclusive mediante utilização de índices oficiais, como a taxa SELIC, quando aplicável;
- Gerar relatórios analíticos e sintéticos;
- Disponibilizar dados em formatos estruturados que permitam consulta, conferência e validação pela Administração;
- Assegurar a rastreabilidade dos cálculos, critérios e informações utilizados na apuração dos créditos tributários.

8.3 Subcontratação

Não será admitida subcontratação.

8.4 Segurança da Informação

A contratada deverá adotar medidas adequadas de segurança da informação, garantindo a integridade, confidencialidade e proteção dos dados utilizados na execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

8.5 A Contratada deverá manter absoluto sigilo sobre todas as informações, dados e documentos a que tiver acesso em decorrência da execução contratual, responsabilizando-se integralmente por seus empregados, prepostos ou quaisquer terceiros a ela vinculados, ainda que informalmente.

A responsabilidade pelo sigilo das informações subsistirá mesmo após o término do contrato.

Não serão consideradas confidenciais as informações que:

I – Sejam de domínio público;

II – Venham a se tornar públicas sem violação das obrigações previstas neste Termo;

III – Devam ser divulgadas por força de determinação legal ou judicial.

9. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

9.1 A execução ocorrerá mediante:

- Disponibilização de dados pelo Município;
- Processamento e análise pela contratada;
- Entrega de relatórios técnicos.

9.2 A contratada deverá demonstrar capacidade de recepção, tratamento e análise de dados provenientes de diferentes fontes utilizadas pela Administração, garantindo a consistência, integridade e organização das informações necessárias à apuração dos créditos tributários.

Deverá, ainda, assegurar mecanismos que permitam a rastreabilidade das informações analisadas, com identificação das bases utilizadas, etapas de processamento e resultados obtidos, de modo a possibilitar a conferência e validação pela Administração.

A contratada deverá evitar duplicidade de informações e garantir a coerência dos dados utilizados na apuração dos créditos, responsabilizando-se pela qualidade técnica dos resultados apresentados.



9.3 A contratada será responsável pela consistência técnica das análises, cálculos e informações apresentadas, respondendo por eventuais erros, inconsistências ou omissões que impactem os resultados apurados.

9.4 Eventuais inconsistências identificadas na execução dos serviços deverão ser sanadas pela contratada no prazo estabelecido pela fiscalização, sem ônus adicional para a Administração, sob pena de não reconhecimento do resultado para fins de pagamento.

9.5 A contratada deverá disponibilizar à Administração os relatórios, demonstrativos, memórias de cálculo e demais informações produzidas durante a execução dos serviços, em formato que permita consulta, acompanhamento, conferência e validação dos resultados apresentados.

9.6 Serviços Técnicos Complementares

A contratada deverá prestar serviços técnicos complementares necessários à adequada execução do objeto, sem custos adicionais à Administração, incluindo:

a) Capacitação e orientação técnica:

Transferência de conhecimento às equipes da Administração quanto à análise dos dados, interpretação dos relatórios e utilização das informações produzidas, podendo ocorrer por meio de reuniões técnicas, treinamentos ou orientações operacionais.

b) Apoio técnico especializado:

Suporte técnico à Administração para esclarecimentos acerca dos relatórios, análises e documentos apresentados, inclusive para subsidiar procedimentos administrativos e eventual atuação junto à Receita Federal do Brasil.

c) Apoio na estruturação de informações para recuperação de créditos tributários com ingresso financeiro:

Organização e sistematização das informações necessárias à recuperação de créditos tributários, com vistas ao ingresso de valores nos cofres públicos, sem a prática de atos privativos de advocacia ou de representação perante órgãos externos.

d) Apoio técnico na interpretação da legislação tributária:

Prestação de suporte quanto à interpretação da legislação aplicável, aos fundamentos técnicos e aos critérios utilizados na apuração dos créditos, bem como apoio à elaboração de documentos técnicos.

e) Elaboração de documentos técnicos:

Produção de relatórios, demonstrativos e minutas técnicas destinadas a subsidiar a atuação administrativa e judicial do Município, especialmente da Procuradoria Geral do Município.

f) Atualização técnica:

Adequação dos serviços às alterações legislativas e normativas que impactem a apuração dos créditos tributários durante a execução contratual.

10. GESTÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)



10.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelas pessoas abaixo nominadas.

Gestor

Nome: Mauricio Cesar Souza Lara

Matrícula: 8465

Gestor (a) Suplente

Nome: Rafaelly de Almeida

Matrícula: 33029

Fiscal Administrativo

Nome: Milena de Oliveira

Matrícula: 32245

Fiscal Administrativo Suplente

Nome: Ubiratan Rodrigues de Cristo Jr.

Matrícula: 14262

Fiscal Técnico

Nome: Ricardo Martins de Araujo

Matrícula: 30672

Fiscal Técnico Suplente

Nome: Marcela Cristiane Kapp

Matrícula: 18680

O fiscal técnico deverá registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias para a regularização de eventuais inconsistências.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)

11.1 O pagamento será realizado exclusivamente mediante sucesso, condicionado ao reconhecimento dos créditos e ao efetivo ingresso dos valores nos cofres públicos.

Considera-se sucesso contratual a efetiva recuperação de créditos tributários decorrente diretamente dos trabalhos realizados pela contratada, devidamente comprovada e validada pela Administração.

O pagamento estará condicionado, cumulativamente:

- a) A comprovação do nexo entre os créditos recuperados e os serviços executados pela contratada, incluindo memória de cálculo e identificação das bases utilizadas;
- b) a validação técnica dos valores apurados pela Administração;
- c) ao efetivo ingresso dos recursos nos cofres públicos.

A recuperação dos créditos estará limitada aos valores não atingidos pela prescrição, conforme legislação vigente.

11.2 Não será devido qualquer pagamento por valores cuja recuperação decorra de iniciativa própria da Administração ou de terceiros, sem vínculo direto com os serviços prestados pela contratada.

11.3 Vedado o pagamento por atividades preparatórias, estudos ou levantamentos que não resultem em efetiva recuperação de créditos.

11.4 A remuneração será devida pelos créditos identificados e demonstrados nos relatórios e minutas entregues pela contratada durante a vigência contratual, desde que comprovado o nexo



direto com os serviços executados e que a efetiva recuperação dos valores ocorra dentro do período de vigência do contrato.

Tal previsão decorre da natureza dos serviços prestados, que envolvem a elaboração de subsídios técnicos e minutas para instrução de medidas administrativas e judiciais a serem conduzidas pela Administração, cujo trâmite pode se estender no tempo, não coincidindo, necessariamente, com a fase de execução dos serviços.

Assim, a remuneração está vinculada ao resultado efetivamente alcançado a partir dos serviços executados, condicionada ao efetivo ingresso dos valores nos cofres públicos durante a vigência contratual.

Não será devida remuneração sobre valores decorrentes de novas análises, revisões ou levantamentos realizados posteriormente pela Administração ou por terceiros que não estejam compreendidos no escopo dos serviços executados pela contratada.

Considera-se devido o pagamento apenas quando comprovado o nexo direto entre os valores recuperados e os serviços efetivamente executados pela contratada durante a vigência contratual.

12. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei nº 14.133/21)

12.1 Critério de Julgamento

12.1.1 O critério de julgamento será o **MENOR PERCENTUAL DE REMUNERAÇÃO incidente sobre os valores efetivamente recuperados.**

Será considerada mais vantajosa a proposta que apresentar o menor percentual de remuneração, correspondente ao maior desconto em relação ao percentual máximo estabelecido pela Administração, fixado em até 20% (vinte por cento).

As propostas serão classificadas em ordem crescente de percentual ofertado, sendo considerada melhor classificada aquela que apresentar o menor percentual.

Serão desclassificadas as propostas que apresentarem percentual superior ao limite máximo estabelecido.

A adoção do critério de menor percentual de remuneração, considerando a natureza dos serviços, será complementada por exigências de qualificação técnica e pela realização de Prova de Conceito (Teste de Conformidade), com caráter eliminatório, destinada a verificar a capacidade da licitante em executar os serviços contratados.

Dessa forma, assegura-se que a proposta mais vantajosa esteja associada ao efetivo atendimento das exigências técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo a adequada execução do objeto contratual.

A licitante classificada em primeiro lugar será convocada para a realização da Prova de Conceito e, sendo aprovada, será declarada vencedora do certame, não sendo realizadas novas avaliações com as demais licitantes, salvo em caso de sua desclassificação.

Os serviços apresentam resultados mensuráveis e passíveis de verificação objetiva, com base em critérios previamente definidos neste Termo de Referência, o que permite a adoção da modalidade



pregão, nos termos da legislação vigente.

12.2 Habilitação e Qualificação Técnica

Com o objetivo de assegurar a adequada execução do objeto e a seleção de proposta apta ao atendimento das exigências técnicas, o edital estabelecerá requisitos de habilitação técnica que incluam, no mínimo:

12.2.1 Qualificação Técnico-Operacional e Profissional

- **Atestados de Capacidade Técnica:** Exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.
- A Administração poderá solicitar documentos complementares para comprovação da veracidade dos atestados apresentados.
- **Equipe técnica:** comprovação de que a licitante possui equipe técnica qualificada, com profissionais com experiência em:
 - Área tributária
 - Tratamento de dados
 - A equipe técnica deverá contar com, no mínimo, um profissional com registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).
 - A comprovação do vínculo dos profissionais com a empresa poderá ser realizada por meio de contrato social, carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços.

12.3 Teste de Conformidade (Prova de Conceito)

A Prova de Conceito será exigida exclusivamente da licitante classificada em primeiro lugar após a fase de lances.

Caso a licitante não atenda aos requisitos mínimos estabelecidos, será desclassificada, sendo convocada a licitante subsequente, obedecida a ordem de classificação, e assim sucessivamente.

A Prova de Conceito possui caráter eliminatório e tem por objetivo verificar a conformidade da proposta com as exigências técnicas do Termo de Referência, não se constituindo como critério de julgamento de propostas.

Uma vez aprovada na Prova de Conceito, a licitante classificada em primeiro lugar será considerada apta, não sendo realizadas novas avaliações com as demais licitantes, salvo em caso de sua desclassificação por motivo superveniente, nos termos da legislação aplicável.

A apuração considerará o período de até 60 (sessenta) meses, observados os prazos prescricionais aplicáveis, sendo passíveis de recuperação apenas os créditos não prescritos.

a) Objetivo

O teste visa validar a capacidade técnica da licitante na execução dos serviços de apuração, revisão e identificação de créditos tributários de IRRF, assegurando que possui metodologia, estrutura e ferramentas adequadas para cumprimento do objeto contratual, com atendimento de no mínimo



80% dos requisitos técnicos exigidos (11 de 13 itens).

O Teste de Conformidade não tem por objetivo avaliar ou contratar software, mas sim verificar a capacidade técnica da licitante na execução dos serviços previstos neste Termo de Referência.

b) Metodologia

A licitante melhor classificada deverá demonstrar, em ambiente a ser definido pela Administração, a capacidade de:

- analisar dados fiscais fornecidos pela Administração;
- realizar cruzamento de informações;
- identificar inconsistências;
- apurar valores de IRRF passíveis de recuperação;
- elaborar relatórios técnicos com memória de cálculo;

Podendo, para tanto, utilizar ferramentas, metodologias e recursos tecnológicos necessários à adequada execução dos serviços. É vedado à contratada atuar em nome do Município perante órgãos administrativos ou judiciais, bem como praticar atos privativos de advocacia, cabendo exclusivamente à Procuradoria Geral do Município a adoção das medidas legais cabíveis.

A demonstração deverá ocorrer de forma prática, com apresentação de resultados efetivos, sendo vedada a utilização de apresentações meramente conceituais ou ilustrativas.

c) Caráter eliminatório

O não atendimento satisfatório aos requisitos mínimos, incluindo o cumprimento de no mínimo 80% dos itens avaliados (11 de 13 itens), implicará na desclassificação da proposta, sendo convocada a licitante subsequente, conforme ordem de classificação.

A não demonstração satisfatória de qualquer dos requisitos essenciais implicará na desclassificação da licitante, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando cabível.

d) A avaliação da Prova de Conceito será realizada pelos servidores designados para a fiscalização do contrato, preferencialmente integrantes da área contábil, podendo contar com apoio técnico de outras áreas da Administração, quando necessário, considerando o atendimento integral dos requisitos mínimos estabelecidos, com cumprimento de no mínimo 80% dos itens (11 de 13 itens), sendo o teste de caráter eliminatório.

e) Tabela de Avaliação da Prova de Conceito (anexo II)

A Prova de Conceito, ou Teste de Conformidade, é uma etapa de caráter exclusivamente eliminatório do processo licitatório, destinada a validar a capacidade técnica e operacional da licitante para execução dos serviços previstos neste Termo de Referência. Esta etapa é crucial para mitigar os riscos de inadequação da solução e assegurar que apenas propostas tecnicamente viáveis e plenamente aderentes sejam consideradas para a contratação.

A Prova de Conceito ocorrerá no prazo máximo de até **5 (cinco)** dias após o certame de Pregão Eletrônico, e ao término desta etapa será emitido um relatório final de aprovação, atestando ou não a conformidade da demonstração apresentada.

O principal objetivo da Prova de Conceito é permitir que o Município verifique, na prática, a



capacidade da licitante de:

- Atender no mínimo 80% (11 de 13 itens) dos requisitos avaliados sob pena de desclassificação.
- Processar os tipos e volumes de dados esperados com eficiência e precisão.
- Cumprir os requisitos de segurança da informação.
- Gerar os resultados (cálculos e relatórios) com a precisão exigida pela legislação.

A reprovação na Prova de Conceito implicará na desclassificação da licitante e na convocação da próxima classificada no certame, dando-se prosseguimento ao rito processual. Este procedimento visa garantir a contratação de uma empresa com capacidade técnica compatível com as exigências do objeto.

Somente o licitante que ofertar o melhor preço participará da Prova de Conceito. Contudo, os demais licitantes poderão, caso desejem, acompanhar a demonstração prática realizada pela licitante.

12.4 Qualificação Econômico-Financeira

Será exigida a apresentação de certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, comprovando sua regularidade econômico-financeira.

12.5 Considerações finais

A combinação do critério de menor percentual de sucesso com exigências técnicas e verificação da capacidade operacional assegura a contratação da proposta mais vantajosa, garantindo eficiência, segurança jurídica e adequada execução dos serviços.

A contratação será realizada conforme a Lei nº 14.133/2021, na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se como critério de julgamento o menor percentual de remuneração incidente sobre os valores efetivamente recuperados. A apuração de IRRF retrospectivo baseia-se em metodologia técnica e no cruzamento de bases de dados eletrônicos (XML, EFD E NF-e), cujos resultados são passíveis de conferência e validação pela Administração. Portanto, a expertise exigida não configura singularidade, sendo o mercado plenamente capaz de fornecer soluções competitivas sob especificações usuais, o que torna o Pregão a via mais eficiente e econômica para o interesse público.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei nº 14.133/21)

13.1 Considerando que a remuneração da contratada está vinculada ao sucesso, somente haverá impacto orçamentário após a efetiva recuperação dos créditos e ingresso dos valores nos cofres públicos.

Para fins de controle orçamentário, informa-se a seguinte dotação: 05.005.04.122.0223.2.030/3.3.90.39.00.00 CR 205

14. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

14.1 A contratação não consta no Plano de Contratações Anual, tendo sido identificada posteriormente, em razão de sua natureza específica, da identificação da necessidade e da oportunidade de recuperação de créditos tributários relativos ao IRRF, ressaltando-se que não



implica desembolso financeiro imediato por parte da Administração, uma vez que a remuneração está condicionada exclusivamente ao sucesso, ou seja, à efetiva recuperação de créditos, inexistindo impacto orçamentário prévio, e que a ausência de execução contratual não gera qualquer ônus ao Município, afastando riscos de comprometimento do planejamento orçamentário e financeiro previamente estabelecido, caracterizando-se, assim, como medida oportuna e vantajosa, cuja previsão não se mostrou possível no momento da elaboração do PCA.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- 15.1.1 Executar os serviços técnicos conforme o Termo de Referência e proposta apresentada;
- 15.1.2 Realizar a apuração, revisão e identificação dos créditos de IRRF;
- 15.1.3 Elaborar relatórios técnicos com memória de cálculo e fundamentação legal;
- 15.1.4 Disponibilizar subsídios técnicos para atuação administrativa e judicial do Município;
- 15.1.5 Elaborar minutas técnicas destinadas a subsidiar eventual atuação judicial da Procuradoria Geral do Município, vedada a prática de atos privativos de advocacia;
- 15.1.6 Utilizar, quando necessário, ferramenta de apoio à execução dos serviços;
- 15.1.7 Assumir exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do objeto, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, civil ou penal, inexistindo solidariedade do Município quanto a tais encargos;
- 15.1.8 Responder por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros decorrentes de falhas, irregularidades ou erros na execução dos serviços;
- 15.1.9 Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- 15.1.10 Cumprir a legislação vigente aplicável, inclusive quanto às normas relativas à proteção de dados e segurança da informação;
- 15.1.11 Garantir a exatidão e confiabilidade das informações, cálculos e relatórios apresentados, responsabilizando-se integralmente por eventuais inconsistências que venham a comprometer a apuração dos créditos tributários.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1 São obrigações do CONTRATANTE:

- 16.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência e Edital;
- 16.1.2 Designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, nos termos da Lei nº 14.133/21;
- 16.1.3 Fornecer à contratada as informações, dados e documentos necessários à execução dos serviços;
- 16.1.4 Proporcionar as condições necessárias à disponibilização e transmissão de dados necessários à execução dos serviços.
- 16.1.5 Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer inconsistências verificadas na execução



dos serviços;

16.1.6 Aplicar as penalidades previstas em lei e no contrato, quando caracterizado descumprimento contratual;

16.1.7 Decidir sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual no prazo de até 30 (trinta) dias;

16.1.8 Não responder por compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, nem por danos decorrentes de atos praticados por esta, seus empregados ou prepostos.

17. VEDAÇÕES

17.1 Não é permitida atuação judicial pela contratada.

17.2 Não há cessão ou transferência de software à Administração.

17.3 Não se caracteriza contratação de sistema, sendo a tecnologia utilizada apenas como ferramenta de apoio à execução dos serviços.

17.4 É vedado à contratada atuar em nome do Município perante órgãos administrativos ou judiciais, bem como praticar atos privativos de advocacia, cabendo exclusivamente à Procuradoria Geral do Município a adoção das medidas legais cabíveis.

18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. ESCLARECIMENTOS E EXIGÊNCIAS ADICIONAIS

As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14/8/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente processo.

Ponta Grossa, 05 de maio de 2026.

Assinado por:
Aline Cristina Obinger Taques
02/06/2026 - 09:02
KEZVZXP9RGGNKOAHUHFPLQ

Aline Cristina Obinger Taques
Auxiliar Administrativo

Assinado por:
Claudio Grokoviski
02/06/2026 - 09:22
OYTDMMPLQLAZLK9DTZEOCG

Claudio Grokoviski
Secretário Municipal da Fazenda



ANEXO I

ANEXO 1

RISCO 01			
RISCO:	Definição de exigências excessivas ou insuficientes no Edital ou no Termo de Referência		
POSSIBILIDADE:	Baixa		
IMPACTO:		Médio	
NÍVEL DE RISCO:		Médio	
MOMENTO:	Planejamento da contratação		
ALOCÇÃO:	Contratante		
DANOS:	Impugnações ao edital; restrição de competitividade; atraso no processo		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Revisão técnica e jurídica do Termo de Referência e edital; observância aos princípios da razoabilidade e competitividade.		
RESPONSÁVEL PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Contratante / Depto. requisitante e Depto. de compras.		
CONTINGÊNCIA:	Revisão do Termo de Referência e do Edital, com eventual republicação.		
RESPONSÁVEL CONTINGÊNCIA:	Contratante / Depto. requisitante e Depto. de compras.		
RISCO 02			
RISCO:	Inconsistência ou insuficiência dos dados fornecidos pela Administração		
POSSIBILIDADE:		Média	
IMPACTO:			Alto
NÍVEL DE RISCO:			Alto
MOMENTO:	Execução contratual		
ALOCÇÃO:	Contratante		
DANOS:	Erros na apuração dos créditos; retrabalho; atrasos		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Validação e organização prévia dos dados; conferência das informações disponibilizadas		
RESPONSÁVEL PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Depto. contábil / Fiscal do contrato		
CONTINGÊNCIA:	Reprocessamento das análises; correção das informações		
RESPONSÁVEL CONTINGÊNCIA:	Fiscal do contrato		
RISCO 03			
RISCO:	Não identificação de créditos tributários passíveis de recuperação		
POSSIBILIDADE:		Média	
IMPACTO:		Médio	
NÍVEL DE RISCO:		Médio	
MOMENTO:	Execução contratual		
ALOCÇÃO:	Contratada		
DANOS:	Ausência de resultado contratual; não pagamento (contrato por sucesso)		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Aplicação de metodologia adequada; análise completa dos dados		
RESPONSÁVEL	Contratada		



PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:			
CONTINGÊNCIA:	Revisão técnica dos levantamentos		
RESPONSÁVEL	Contratada		
CONTINGÊNCIA:			
RISCO 04			
RISCO:	Erros na apuração do IRRF		
POSSIBILIDADE:	Baixa		
IMPACTO:		Alto	
NÍVEL DE RISCO:			Médio
MOMENTO:	Execução contratual		
ALOCÇÃO:	Contratada		
DANOS:	Glosa (recusa total ou parcial) de créditos; retrabalho		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Revisão técnica e conferência dos cálculos; garantia de rastreabilidade		
RESPONSÁVEL	Contratada / Fiscal do contrato		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:			
CONTINGÊNCIA:	Correção de relatórios sem ônus.		
RESPONSÁVEL	Contratada /Fiscal do contrato		
CONTINGÊNCIA:			
RISCO 05			
RISCO:	Glosa ou questionamento dos créditos por órgãos de controle ou Receita Federal		
POSSIBILIDADE:	Média		
IMPACTO:		Alto	
NÍVEL DE RISCO:			Alto
MOMENTO:	Pós-execução		
ALOCÇÃO:	Compartilhado		
DANOS:	Não reconhecimento dos créditos; ausência de ingresso financeiro		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Fundamentação técnica adequada; validação pela Administração		
RESPONSÁVEL	Contratada / Contratante		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:			
CONTINGÊNCIA:	Reanálise técnica dos dados e ajustes dos relatórios e minutas pela contratada, para subsidiar a atuação da Administração		
RESPONSÁVEL	Contratada / Contratante		
CONTINGÊNCIA:			
RISCO 06			
RISCO:	Não conversão dos créditos em receita financeira		
POSSIBILIDADE:	Média		
IMPACTO:		Alto	
NÍVEL DE RISCO:		Alto	
MOMENTO:	Pós-execução		
ALOCÇÃO:	Compartilhado		



DANOS:	Ausência de ingresso financeiro; não pagamento da contratada		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Qualidade técnica dos relatórios; atuação eficiente da Administração/Procuradoria		
RESPONSÁVEL PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Contratada/ Contratante/ Procuradoria		
CONTINGÊNCIA:	Reavaliação Administrativa e jurídica		
RESPONSÁVEL CONTINGÊNCIA:	Contratante/ Procuradoria		
RISCO 07			
RISCO:	Relatórios inconsistentes ou incompletos		
POSSIBILIDADE:	Média		
IMPACTO:		Médio	
NÍVEL DE RISCO:			Médio
MOMENTO:	Execução contratual		
ALOCÇÃO:	Contratada		
DANOS:	Não validação pela Administração; atraso no processo		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Padronização dos relatórios; revisão interna		
RESPONSÁVEL PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Contratada		
CONTINGÊNCIA:	Correção obrigatória sem ônus		
RESPONSÁVEL CONTINGÊNCIA:	Contratada		
RISCO 08			
RISCO:	Alteração na legislação tributária		
POSSIBILIDADE:	Média		
IMPACTO:		Médio	
NÍVEL DE RISCO:			Médio
MOMENTO:	Execução contratual		
ALOCÇÃO:	Compartilhado		
DANOS:	Necessidade de revisão dos cálculos		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Atualização contínua da legislação		
RESPONSÁVEL PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Contratada / Contratante		
CONTINGÊNCIA:	Adequação dos procedimentos		
RESPONSÁVEL CONTINGÊNCIA:	Contratada / Contratante		
RISCO 09			
RISCO:	Dependência excessiva da metodologia ou ferramenta da contratada		
POSSIBILIDADE:	Baixa		
IMPACTO:		Médio	
NÍVEL DE RISCO:			Baixo



MOMENTO:	Execução contratual		
ALOCAÇÃO:	Contratada		
DANOS:	Falta de transparência; dificuldade de validação		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Garantia de rastreabilidade; acesso da administração para consulta		
RESPONSÁVEL PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Contratada		
CONTINGÊNCIA:	Exigência de relatórios detalhados		
RESPONSÁVEL CONTINGÊNCIA:	Contratante / Depto. requisitante		
RISCO 10			
RISCO:	Execução inadequada ou descumprimento contratual		
POSSIBILIDADE:	Baixa		
IMPACTO:		Alto	
NÍVEL DE RISCO:			Médio
MOMENTO:	Execução contratual		
ALOCAÇÃO:	Contratada		
DANOS:	Prejuízo ao resultado; possível rescisão contratual		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Fiscalização contratual contínua		
RESPONSÁVEL PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Fiscal do contrato		
CONTINGÊNCIA:	Aplicação de penalidades contratuais		
RESPONSÁVEL CONTINGÊNCIA:	Contratante / Administração – Depto. de Compras		
RISCO 11			
RISCO:	Vazamento ou uso indevido de dados		
POSSIBILIDADE:	Baixa		
IMPACTO:		Alto	
NÍVEL DE RISCO:			Médio
MOMENTO:	Execução contratual		
ALOCAÇÃO:	Contratada		
DANOS:	Responsabilização legal; prejuízo institucional		
PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Cumprimento da LGPD; adoção de medidas de segurança da informação		
RESPONSÁVEL PREVENÇÃO/MITIGAÇÃO:	Contratada		
CONTINGÊNCIA:	Apuração de responsabilidade; aplicação de sanções		
RESPONSÁVEL CONTINGÊNCIA:	Administração		



ANEXO II

Tabela de Avaliação da Prova de Conceito

Nº	ITENS DE CONFORMIDADE	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	RESULTADO	
			Sim	Não
1 Essencial	Capacidade de importar e processar os arquivos referentes ao Sistema de Informação Municipal ao TCE/PR, observados os layouts utilizados nos últimos 60 meses.	Atende: Se a metodologia/ferramenta realizar a leitura e recepção integral do volume de dados simulada do sistema municipal sem corromper os layouts. Não atende: Se apresentar erro de incompatibilidade com o padrão do TCE/PR.		
2 Essencial	Capacidade de importar e processar arquivos XML de NF-e e NFS-e utilizados na apuração dos créditos tributários.	Atende: Se realizar o processamento dos arquivos fornecidos na amostragem Não atende: Se for incapaz de ler os arquivos ou exigir outras inserções.		
3	Capacidade importar e processar arquivos da Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS-IPI e EFD contribuições, observados os layouts do sistema SPED, para análise complementar dos documentos fiscais.	Atende: Se demonstrar capacidade de extrair e cruzar dados complementares a partir do layout oficial do SPED Não atende: Se rejeitar a estrutura oficial de arquivos do SPED		
4	Capacidade de consolidar e organizar os dados dos emitentes de documentos fiscais eletrônicos identificados nas bases de dados analisadas, considerando o período dos últimos 60 meses. Deverá ser possível apresentar cadastro consolidado dos emitentes, contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) CNPJ b) Razão Social c) CNAE Principal d) Endereço	Atende: Se o relatório gerado unificar os prestadores e apresentar de forma clara e sem duplicidade os 4 campos cadastrais mínimos exigidos. Não atende: Se omitir qualquer uma das informações cadastrais solicitadas.		
5 Essencial	Capacidade de identificar, com base nas informações constantes das bases de dados analisadas, se o emitente do documento fiscal se encontrava enquadrado no regime do Simples Nacional na data da emissão do respectivo documento fiscal. A verificação deverá permitir a correta segregação dos documentos fiscais emitidos por contribuintes optantes pelo Simples Nacional, quando aplicável, assegurando a adequada apuração dos créditos tributários de IRRF e a observância da legislação pertinente.	Atende: Se realizar a separação e isolar os documentos do Simples Nacional, garantindo que não entrem em apuração indevida do IRRF Não atende: Se falhar na segregação, gerando apuração errônea		



Nº	ITENS DE CONFORMIDADE	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	RESULTADO	
			Sim	Não
6	<p>Capacidade de consolidar e organizar os documentos fiscais analisados por emitente, com apresentação de relatório consolidado contendo, no mínimo, as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) CNPJ do emitente b) Razão social do emitente c) Município do emitente d) UF do emitente e) CNAE principal f) Alíquota de retenção conforme ANEXO I DA IN RFB 1.234, de 11 de janeiro de 2012. g) Quantitativo e total de NF-es emitidas contra o município no período h) Quantitativo e total de NFS-es emitidas contra o município i) Quantitativo e total de outras NF emitidas contra o município j) Quantitativo e total de NFA-es emitidas contra o município k) Quantitativo e total de outros documentos fiscais contra o município 	<p>Atende: Se apresentar documento de amostragem final agrupado por fornecedor, preenchendo rigorosamente as colunas de "a" a "k"</p> <p>Não atende: Se o relatório for incompleto ou omitir os quantitativos de tipo de nota</p>		
7 Essencial	<p>Capacidade de realizar a análise individualizada dos documentos fiscais emitidos para o Município nos últimos 60 (sessenta) meses, com apresentação de relatório analítico demonstrativo da apuração dos créditos tributários de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) identificados. O relatório deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) CNPJ do emitente b) Razão Social do emitente c) Município do emitente d) CNAE principal e) Chave do documento fiscal, se f) Código de Validação, se NFS-e g) Número do documento fiscal h) Data da realização do i) Valor do documento fiscal j) Alíquota de retenção conforme ANEXO I DA IN RFB 1.234, de 11 de k) janeiro de 2012. l) Cálculo do IRRF à título de antecipação. <p>O relatório deverá permitir a rastreabilidade dos cálculos realizados e ser disponibilizado em formato eletrônico editável e não editável, possibilitando a conferência e validação das informações pela Administração.</p>	<p>Atende: Se gerar a planilha detalhada, por documento fiscal, permitindo à fiscalização conferir a fórmula matemática do cálculo da antecipação e entregar os arquivos.</p> <p>Não atende: Se ocultar as fórmulas de cálculo ou não listar os documentos de forma individualizada</p>		
8 Essencial	<p>Capacidade de apresentar relatório sintético consolidado dos créditos tributários de IRRF identificados, com base nos documentos fiscais emitidos para o Município nos últimos 60 meses. O relatório deverá demonstrar, mês a mês, os valores passíveis de recuperação apurados conforme a legislação aplicável, consolidando os resultados por competência e apresentando o valor total do período analisado, de forma a permitir a conferência e validação das informações pela Administração.</p>	<p>Atende: Se entregar o resumo executivo mensal (competência por competência) que permita o cruzamento rápido com os dados da contabilidade do Município</p> <p>Não atende: Se apresentar apenas o valor global, sem desdobramento mensal.</p>		



Nº	ITENS DE CONFORMIDADE	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	RESULTADO	
			Sim	Não
9	Capacidade de apresentar planilhas individualizadas para cada mês/ano de competência, contendo as informações utilizadas na apuração dos créditos tributários passíveis de recuperação. As planilhas deverão contemplar todas as informações exigidas neste termo de referência, e deverão ser apresentadas todas as informações listadas, permitindo conferência e validação. Arquivos em formato eletrônico e editável, sem restrições que impeçam a análise pela Administração.	Atende: Se os arquivos geados permitirem auditoria da equipe de fiscalização Não atende: Se os arquivos forem entregues bloqueados.		
10 Essencial	Capacidade de apresentar relatório contendo a atualização dos valores relativos à antecipação pelo valor da taxa SELIC acumulada, nos termos do artigo 148 da Instrução Normativa – IN RFB 2.055 de 06/12/2021. Evidenciando valor original apurado, período considerado na atualização, índice aplicado e valor atualizado.	Atende: Se aplicar de forma exata a variação da taxa SELIC sobre a amostragem Não atende: Se utilizar outro índice ou errar a base de cálculo.		
11	Disponer de infraestrutura tecnológica apta à execução dos serviços, capaz de assegurar o processamento das bases de dados, a segurança das informações, a disponibilidade dos dados analisados e a continuidade operacional durante a vigência contratual. Possuir mecanismos adequados de armazenamento, processamento, controle de acesso, proteção de informações, recuperação de dados, garantindo integridade e a confiabilidade das informações utilizadas na apuração dos créditos tributários.	Atende: Se demonstrar a existência de mecanismos de controle de acesso, armazenamento e proteção das informações utilizadas na demonstração. Não atende: Se não demonstrar mecanismos mínimos de segurança da informação		
12	Capacidade de disponibilizar os resultados da apuração em formato que possibilite a conferência e validação das informações, mediante utilização de relatórios, indicadores, tabelas e gráficos que facilitem a interpretação, conferência e validação dos dados pela Administração.	Atende: Se demonstrar painel descritivo, com dados consolidados dos créditos apurados Não atende: Se entregar apenas dados brutos, sem tratamento visual		
13	Disponibilizar ambiente eletrônico para consulta, acompanhamento e validação dos resultados produzidos durante a execução dos serviços, devendo adotar mecanismos adequados de segurança da informação e proteção dos dados tratados.	Atende: Se comprovar que criará acessos para os fiscais do contrato Não atende: Se não disponibilizar formas de consulta externa para a fiscalização		

O não atendimento de qualquer requisito essencial implicará na reprovação da licitante, independentemente do percentual total de conformidade obtido.

RESULTADO FINAL:

Será considerada APROVADA a licitante que atender, cumulativamente:

- no mínimo de 80% dos requisitos avaliados na Prova de Conceito, correspondente a 11 (onze) dos 13 (treze) itens; e
- todos os requisitos classificados como ESSENCIAIS.

() APROVADA — Atendimento de, no mínimo, 80% dos requisitos avaliados na Prova de Conceito, correspondente a 11 de 13 itens de conformidade estabelecidos.

() REPROVADA — Atendimento inferior ao mínimo de 80% (11 de 13 itens) dos requisitos avaliados.

Justificativa (obrigatória em caso de reprovação):



Observações:

Considerando o resultado acima, a licitante:

() Demonstrou capacidade técnica e operacional para execução dos serviços da contratação, atendendo ao percentual mínimo exigido de 80% dos requisitos avaliados, sendo considerada apta à continuidade do certame.

() Não demonstrou capacidade técnica e operacional suficiente para execução dos serviços objeto da contratação, tendo obtido resultado inferior ao percentual mínimo exigido de 80% dos requisitos avaliados, motivo pelo qual será desclassificada, observando – se a convocação da licitante subsequente, conforme a ordem de classificação.

ASSINATURAS

Comissão Avaliadora:

Nome:

Nome:

Nome:

Representante da empresa:

Nome:

